

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS - COFTC

Parecer n.º 11 de 22 de Março de 2023.

Projeto de Lei n.º 22/2023 de 20 de Março de 2023.

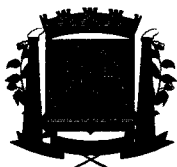
Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, *“Dispõe sobre a revisão geral anual em 2023 da remuneração dos servidores da administração pública direta e indireta, e dá outras providências”*.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 42 do Regimento Interno que relata:

“Art. 42. Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, manifestar-se dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

- I - plano plurianual de investimentos;*
- II - diretrizes orçamentárias;*
- III - orçamento anual;*
- IV - crédito adicional;*
- V - contas públicas;*
- VI - prestação de Contas;*
- VII - planos e programas municipais;*
- VIII - acompanhamento dos custos das obras e serviços;*
- IX - fiscalização de investimentos*
- X - tributos em geral;*
- XI - repercussão financeira das proposições;*
- XII - matérias relativas a fiscalização no controle dos atos da administração pública municipal, bem como o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades administrativas da Prefeitura e da Administração indireta;*
- XIII - patrimônio público municipal;*
- XIV - alienação de bens públicos;*
- XV - patrimônio histórico, artístico, cultural e*



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

natural; ”.

Fundamentação

De acordo com a Lei Orgânica do Município, em seu art. 21, é dito que:

“Art. 21 Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições;

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)”.

Conforme dito acima, o presente Projeto de Lei nº 22/2023 dispõe sobre a revisão geral anual em 2023 da remuneração dos servidores da administração pública direta e indireta. Importante salientar, logo de início, que esta revisão geral também é extensiva aos conselheiros tutelares, aos empregados celetistas e aos proventos dos servidores inativos e às pensões de seus dependentes, conforme consta no § 1º do art. 2º do referido projeto. Sobre eles, a Emenda Constitucional nº 41/2003 diz, em seu art. 3º, que:

“Art. 3º É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes que, até a data da publicação desta emenda tenham cumprido todos os requisitos para a obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente”

Juntamente do Projeto de Lei nº 22/2023, veio também a mensagem nº 06 que, entre alguns pontos, explica que esta revisão geral anual é assegurada desde a Lei Municipal nº 4.325/2015. Além disto, na mensagem nº 06, a atual administração menciona que tem se esforçado em cumprir todos os compromissos, sejam salariais ou previdenciários, com seus servidores.

Sobre o impacto financeiro que trará esta revisão geral anual de 8% (oito por cento), o Poder Executivo encaminhou uma estimativa para este ano e os dois subsequentes:



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ ESTADO DE MINAS GERAIS

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

Nos termos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a compatibilidade da nova despesa com os instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA.

1 – Objeto do reajuste e valores previstos

O reajuste para servidores público do Município, terá os seguintes valores previstos de aumento: R\$2.426.989,41 para 2023 – R\$ 2.548.338,88 para 2024 R\$ 2.675.755,82 para 2025.

2 – Adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual

O reajuste para servidores públicos do Município de Ubá, terá os seguintes valores previstos acima de majoração na folha de pagamento, tendo cobertura orçamentária e financeira no orçamento de 2023, por meio de Lei específica.

3 – Compatibilidade com o plano plurianual

O reajuste para servidores públicos do Município de Ubá, tem compatibilidade com as diretrizes, objetivos, programas e ações previstos no plano plurianual.

4 – Compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias

Limite de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado:

O reajuste para servidores públicos do Município de Ubá, está dentro da margem de compensação de receita conforme Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme consta do Anexo de Metas Fiscais.

Metas de Resultado Primário e Nominal da LDO:

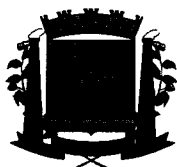
O reajuste para servidores públicos do Município de Ubá não comprometerá o resultado previsto para as metas de resultado primário e nominal, haja visto que tais despesas serão absorvidas pelo aumento da arrecadação da receita tributária do Município. Como o incremento da cobrança do IPTU através do recadastramento imobiliário e aumento nas receitas de ISSQN através da intensificação da fiscalização do Município e cobranças da dívida ativa.

5 – Declaração do Ordenador da Despesa

Faz as regularidades acima demonstradas, autorizo a contratação da referida despesa:

Ubá (MG), 13 de Março de 2023

EDSON TEIXEIRA FILHO
PREFEITO DE UBÁ



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ-MG ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	VALORES PREVISTOS JÁ INCLUSO ENCARGOS E PROVISÕES		
	2023	2024	2025
Reajuste dos Servidores Municipais conforme IPCA	2.426.989,41	2.548.338,88	2.675.755,82

PREMISSAS:

Tomou-se como base o percentual de 8% sobre o folha acumulada até Janeiro/2023

METODOLOGIA DE CÁLCULO:

Aplicou o percentual estimado de 8% sobre o valor bruto da folha de pagamento para os exercícios de 2023 e 2024 e 2025, como também na receita corrente líquida, chegando-se ao valor previsto para anos subsequentes.

ANÁLISE DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO:

Registre-se que os índices de gastos com pessoal para os 3 anos subsequentes será de 46,53% para 2023; 47,12 para 2024 e 47,54% para 2025, conforme projeção do Índice.

Assim, demonstra-se que o Orçamento Municipal suportará perfeitamente as medidas ora propostas. Tanto mais porque o reajuste dos servidores públicos municipais, seria aplicado o ipca acumulado e uma recomposição salarial. Ora, com o reajuste para 2023, será compensado pela efetiva cobrança da dívida ativa tributária, como também do aumento da receita tributária do Município e economia nas compras e licitações do Município. E, nos exercícios subsequentes, também projeta-se incremento da cobrança do IPTU através do recadastramento imobiliário e aumento nas receitas de ISSQN através da intensificação da fiscalização do Município, como também nas substituições dos terceirizados pelos concursados e redução de horas extras e outras despesas de custeio.

ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO

Ubá-MG, 13 de Março de 2023


CÍCERO MATEUS DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

MARCELO CORREIA Assessor Técnico - RPPR do Município de Ubá e
PÁVIA: 07474610655

MARCELO CORREIA PAIVA
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

A Prefeitura Municipal explica que, baseando-se em cálculos demonstrados no Projeto de Lei nº 22/2023, o orçamento municipal suportará o reajuste proposto, uma vez que além dele tratar-se de uma recomposição salarial, a revisão geral será compensada pelo aumento da arrecadação tributária do município, como o incremento da cobrança do IPTU através do recadastramento imobiliário e aumento nas receitas de ISSQN através da intensificação da fiscalização do município e cobranças da dívida ativa.

Ou seja, de fato é possível a revisão geral anual de 8,0% e, além disto, todos estes dados demonstrando a viabilidade da recomposição salarial são necessários por conta do cumprimento do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que diz:

“Art.16 A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

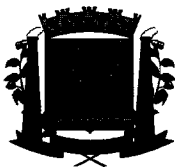
(...)

§2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas;

(...)”

Além da Lei de Responsabilidade Fiscal, o art. 27 da Constituição do Estado de Minas Gerais também versa que:

“Art. 27 A despesa com pessoal ativo e inativo do Estado e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar;



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

§1º - A concessão de vantagem ou o aumento de remuneração, a criação de cargo, emprego e função ou a alteração de estrutura de carreira bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, por órgão ou entidade da administração direta ou indireta ficam condicionados a:

I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

(...)"

Conclusão

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei n.º 22/2023.

Ubá, 22 de Março de 2023.



JOSÉ MARIA FERNANDES
RELATOR

MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):



Aprovado



Rejeitado

Por:

TDXX

Em:

22 / 03 / 23



Vereador Gilsón Fazolla Figueiras
Presidente da COPT